

HABEAS CORPUS Nº 568.044 - RJ (2020/0072843-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **PAULO ROBERTO DE AVELAR SILVA**
ADVOGADO : **PAULO ROBERTO DE AVELAR SILVA - RJ059035**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PACIENTE : **C A DA S (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **C A da S**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Apelação Criminal n. 00224446220168190066) - fl. 8:

APELAÇÃO. ARTIGO 213 DO CP. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO MINISTERIAL QUE ALMEJA A CONDENAÇÃO. A prova é certa no sentido de que o apelado, mediante violência consistente em segurar os braços da ofendida, constrangeu-a a se submeter à prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal, quais sejam, beijar-lhe a boca, orelha e pescoço e acariciar-lhe os seios. Segundo se infere da prova produzida, no dia dos fatos, a ofendida estava no CAIS do Aterrado para seu estágio como técnica de raio-X, quando, por volta do horário do almoço, o recorrido a convidou para assistir a filmes pornográficos, tendo ela recusado. No momento em que estavam somente os dois na sala de raio-X, que ficava trancada por dentro, o recorrido chegou com o computador, forçando-a a assistir aos filmes pornográficos. Em seguida, ele a segurou pelos braços, obrigando-a deitar. Começou então a beijá-la na boca e em todo o seu corpo e passar a mão em seus seios. Nesse ínterim, a campainha tocou, pois a dentista que lá trabalhava queria entregar uma chave. O recorrido se assustou e saiu de cima da ofendida, que aproveitou a oportunidade para deixar o local. A autoria e a materialidade do crime restaram sobejamente comprovadas, diante dos relatos firmes, detalhados, coerentes e harmônicos da ofendida, tanto em sede policial como em juízo. A negativa do recorrido não convence. Ao ser ouvido na delegacia e em juízo, alegou que uma funcionária teria visto o momento em que a ofendida lhe deu um beijo e um abraço, o que não restou comprovado, pois a referida funcionária, em suas declarações prestadas na delegacia, disse que "não se lembra de tal fato mencionado pelo autor em seu termo de declaração, que diz que a declarante viu quando a vítima deu um abraço no autor na hora de ir embora". A testemunha Gil, arrolada pela defesa, por sua vez, não presenciou os fatos. De ressaltar-se que a mencionada testemunha tentou incisivamente desqualificar moralmente a vítima, referindo-se sempre a fatos que "ouviu dizer". De outro talho, nos crimes contra a dignidade sexual, a palavra da vítima assume importância diferenciada, haja vista ser ela que, contra a sua vontade, experimentou contra si e seu corpo a prática de atos voltados exclusivamente à satisfação da lascívia desmedida de outrem. Isto, mais das vezes, ocorre de maneira absolutamente silenciosa, distante de olhos alheios, perfazendo um humilhante quadro onde o ser humano é reduzido a mero objeto voltado à satisfação sexual de terceiros. O seguro arcabouço probatório produzido não chegou a ser elidido pelas assertivas do recorrido e da testemunha defesa, razão pela qual impõe-se um juízo de condenação pelo crime do artigo 213 do CP.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado como incurso no art. 213 do CP, sendo absolvido em primeiro grau. No julgamento da apelação, foi condenado à pena de 6 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto.

Alega-se que, após a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, bem como a manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade e necessidade de estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação desse vírus particularmente em espaços de confinamento, foi editada pelo Conselho Nacional de Justiça a Recomendação n. 62, de 17 de março de 2020. Afirma-se que, conforme a citada recomendação, é orientado aos Tribunais a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional [...] a adoção de medidas preventivas, entendendo pela saída antecipada ou concessão de prisão domiciliar (fls. 4/5).

Requer-se, em liminar e no mérito, seja o paciente colocado em prisão domiciliar.

É o relatório.

O pedido de prisão domiciliar em decorrência da pandemia do coronavírus deve ser analisado pelo Juízo da execução, sendo vedada a pretendida supressão de instância.

Por outro lado, como é cediço, o *habeas corpus*, ação constitucional de natureza mandamental destinada a afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, tem, em razão de seu escopo, natureza urgente e, por essa razão, não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações, a qual deve ser trazida no momento do seu ajuizamento, cabendo o ônus da instrução ao impetrante, em especial, quando se tratar de advogado (STF: AgRg no HC n. 103.240/RS, Ministro Ayres Britto, Segunda Turma, DJe 29/3/2011; HC n. 107.350/RS, Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 19/5/2011; STJ: HC n. 197.183/RJ, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe

Superior Tribunal de Justiça

30/06/2011; e HC n. 119.702/PE, Ministra Jane Silva (Desembargadora Convocada do TJ/MG), Sexta Turma, DJe 2/3/2009).

No caso, nem mesmo ficou evidenciada a atual situação em que se encontra o paciente, tampouco se já houve o trânsito em julgado da condenação.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator